

Radicalizemos a discussão

ANTONIO PAIM

* 8 NOV 1993

JORNAL DA TARDE



A ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA TORNOU-SE UMA DAS MAIORES IRRACIONALIDADES DA NOSSA ABERTURA POLÍTICA

A questão orçamentária vem sendo discutida indiretamente — em decorrência dos trabalhos da CPI da Corrupção no Congresso — quando deveríamos nos valer da oportunidade a fim de considerá-la especificamente. Pelo menos duas perguntas precisariam ser respondidas de modo claro: 1ª) como se explica que o Parlamento aprove Lei de Meios com déficits colossais; e 2ª) por que razão os parlamentares apresentam em torno de 30 mil emendas (cerca de 50 por representante). Num quadro destes, evidencia-se que a elaboração orçamentária tornou-se uma das maiores irracionalidades da nossa abertura política e dificilmente a consolidaremos sem eliminar, de maneira radical, problemas como os suscitados.

Acredito que o Parlamento somente aprovará Orçamento equilibrado quando tiver condições de avaliar a pertinência das principais dotações. A experiência sugere que a Administração Pública brasileira não abandona espontaneamente funções obsoletas. Há muitas décadas, quando era moda fomentar-se o cooperativismo, criou-se no Ministério da Agricultura um órgão chamado Departamento Nacional de Cooperativas (Denacoop), com a atribuição de disseminar pelo País aquelas entidades. Passado o tempo, o cooperativismo nacional tornou-se engrenagem externamente complexa, movimentando bilhões de dólares, congregando agricultores modernos etc. Indiferente à circunstância, o Denacoop sobrevive lépido e fagueiro. Outro exemplo: será que ao Ministério da Indústria incumbia alguma tarefa mais importante que supervisionar

o setor siderúrgico? O Estado saiu da siderurgia. Tem o Parlamento condições de avaliar em que medida a estrutura daquele Ministério foi simplificada ou mesmo se precisa sobreviver? Assim, a Câmara dos Deputados poderia acabar com o déficit público e desfechar a tão protelada paulada contra a inflação. Duvido que tenha algo mais importante a fazer.

No que se refere às 50 emendas **per capita**, são constituídas basicamente de dois blocos: 1º) subvenções às entidades filantrópicas com as quais os parlamentares têm algum vínculo; e 2º) assegurar às municipalidades que representam acesso aos recursos para obras de saneamento básico (a rigor, esgotos e

galerias pluviais). Esta última rubrica não tem nenhuma razão de ser. Água e esgotos constituem tarefas específicas das municipalidades. Durante os governos militares conseguiu-se universalizar o abastecimento de água tratada. Mas criou-se, simultaneamente, estrutura burocrática gigantesca e desnecessária, centralizada nas mãos da União. Com a extinção do BNH, a obrigação ficou à matroca, salvo em alguns Estados onde consolidaram-se empresas. Entretanto, o saneamento básico é uma das atribuições fundamentais do Poder Público que, no Brasil, meteu-se onde não devia, abandonando o que de fato era relevante (escola básica, saúde pública e o próprio saneamento).

O problema é eminentemente técnico: como financiar estas obras prioritárias e de alto custo? Evidentemente não será disputando recursos a fundo perdido da União, o que tem servido sobretudo para criar as oportunidades de corrupção que a CPI está evidenciando. Espera-se que esta saiba eliminar o mal pela raiz. A vantagem de aproveitarmos a circunstância para discutir, especificamente, o tema da elaboração orçamentária consistiria precisamente em recolher sugestões com vistas àquele objetivo (atacar diretamente as causas da corrupção e não apenas seus efeitos). Talvez fosse o caso de extinguir a Secretaria Nacional de Saneamento (O Parlamento pode fazê-lo na votação da Lei de Meios; daí a importância dessa atividade no que respeita ao déficit público e, portanto, à inflação). O assunto ficaria afeto exclusivamente aos Estados. As agências financeiras internacionais que participam desse programa aceitariam com agrado a iniciativa, desde que assegurasse maiores disponibilidades para atividades-fins. Outro aspecto seria privatizar a operação dos serviços, como vem ocorrendo com sucesso na Europa Ocidental.

Quanto às subvenções destinadas às entidades filantrópicas é assunto mais delicado porquanto relacionado às políticas públicas pretensamente devotadas ao combate à pobreza, que tenho criticado. Por isto vou deixá-lo para uma outra oportunidade.